



O DOMÍNIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO PRATA

Gen. F. DE PAULA CIDADE

Esta publicação encerra estudos relativos aos esforços feitos pelas velhas gerações, para dominar a bacia hidrográfica do Prata, completados pelo panorama atual. Mais crônica do que história. As três conferências aqui reunidas fizeram parte de um curso cujas linhas gerais se encontravam nas diretrizes da Missão Militar Francesa, transmitidas pela direção de estudos da Escola de Estado-Maior, em 1929. De acordo com o pensamento do diretor de estudos, essas lições visavam estabelecer uma base histórica, a ser adquirida pelos futuros oficiais de estado-maior, em cujos espíritos deviam estar sempre presentes estes começos, para compreensão das realidades político-militares de nossos dias.

O TRATADO DE TORDESILHAS E AS LUTAS EM TORNO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Dado o grande ascendente do chefe da igreja católica sobre os reis cristãos, Portugal obtivera do papado, de longa data, largos privilégios no que diz respeito à navegação oceânica e à conquista de terras habitadas por infieis (1).

Desde 1454, fôra concedida aos reis de Portugal tôdas as conquistas da África, com as ilhas adjacentes, dos cabos Bojador e Não até a costa meridional da Guiné, incluídos os mares, o que representava, no dizer de Pandiá Calógeras, a clausura do Atlântico do sul; dois anos mais tarde, era entregue à Ordem de Cristo, cujo chefe era o soberano do mesmo país, sob o pre-

(*) Primeiro de uma série de três artigos.

(1) "História da Colonização Portuguesa do Brasil". Constitui um monumento de saber histórico, apesar de alguns pontos muito pessoais, na demonstração de certas teses. Além da documentação de alto valor para a história do Brasil e de Portugal, haurida nos arquivos mais afamados do mundo, encerra numerosos mapas e tricomas que são verdadeiras obras d'arte.

Vide também "A Política Exterior do Império", por J. Pandiá Calógeras, que é outra excelente obra a ser consultada. Convém estudar aí os antecedentes do descobrimento e colonização do Brasil, pósto que se trata de um livro posterior à "História da Colonização", já citada, e mais fácil de obter. O seu título não basta para sintetizar a valiosa matéria que encerra.

graus medeiam entre os meridianos médios dos dois sistemas de ilhas" (9).

O ajuste de Tordesilhas eliminava êsse absurdo, determinando que só o arquipélago de Cabo Verde servisse de ponto de referência.

Continuavam, porém, outras causas de dúvidas, certamente pelo atraso dos negociadores em questões de geografia astronômica e não como insinuam outros, pela deliberação de obscurecer a questão. Tratando-se de meridianos, o tratado empregava a légua como unidade, o que exigia a conversão do grau, medida angular, em medida de comprimento, o que era sem dúvida uma grave complicação, porque, além do mais, os graus podiam conter um maior ou menor número de léguas. Havia léguas de que se contavam 14 1/6, 18 ou 22 por grau, etc.

Outra causa de erro era o atraso em que se achava a solução do problema da determinação das longitudes: "Se os portugueses, como demonstraram os estudos magistrais de Bensaúde e Luciano Pereira da Silva, ocupavam a vanguarda nos processos astronômicos de navegação, ainda assim, com o astrolábio, o quadrante, a balestilha e as táboas de sol e de estrélas, só possuíam meios para determinar exatamente, ou pelo menos com precisão prática bastante, os graus de latitude, isto é, de latitude. O problema das longitudes, as alturas de Léste-Oeste, era menos apurado. Ora, êste era, de fato, o que se tinha de solver para fixar o meridiano definidor dos domínios. Embora o tratado houvesse admitido todos os métodos de avaliação, por singraduras ou por alturas ou por

alturas do sol e da polar, dados os recursos coévos, era realmente impossível determinar a linha de separação com o grau de apuro indispensável para a fronteira de interesses tão divergentes. Só a construção de cronômetros perfeitos permitiu, séculos depois, obter na prática corrente exatidão satisfatória" (10).

Não é difícil verificar que, de acôrdo com a légua adotada o meridiano poderia oscilar de muitos graus.

No entanto, muitos escritores têm se abalanchado a traçar o meridiano de Tordesilhas, fazendo-o passar pela Laguna, em Santa Catarina e pelo Pará. O grande Pôrto Seguro é o seu guia (11).

Mas, seja como fôr, vamos ver as duas coroas, aproveitando-se das incertezas existentes, pretenderem traçar a célebre linha a seu bel prazer.

Com tudo, o fator geográfico vái exercer a sua tirania, e, mais potente que todos os reis da terra, terminar por canalizar as duas correntes antagonicas, permitindo que os destinos do continente sejam fixados antes pelas condições da terra do que pela vontade dos homens.

Os espanhóis vão abordar a América do Sul por noroeste, para logo depois marchar nitidamente de norte para o sul; os portugueses instalaram-se do lado oposto, isto é, a léste e marcham não só para o sul, como para o norte. Estabelecem-se duas correntes paralelas, como vamos ver.

A conquista da Colômbia pelos espanhóis começou em 1525 e terminou em 1548, a da Venezuela, tendo início dois anos depois, só em 1560 pode ser considerada ter-

(9) "A Política Exterior do Império", por Pandiá Calógeras.

(10) Idem. Vide também "História da Colonização Portuguesa do Brasil", capítulo — "A Arte de Navegar dos Portugueses". Ai se podem ver, nitidamente desenhados, os instrumentos de que se serviam os velhos navegantes e verificar as condições de seu emprego. Compreender-se-á a impossibilidade de fixar, com maior precisão, dado o atraso da época, a posição da linha divisória entre as duas esferas de conquista: Como transportar a hora de um meridiano ou linha de referência, de um ponto para outro da terra? No entanto, os negociadores do tratado não deviam ignorar que a légua era unidade arbitrária, tanto que a portuguesa era maior do que a espanhola e que, por sua vez, a marítima era menor do que qualquer dessas duas.

(11) Modernamente, prevalece esta solução entre os estudiosos ibéricos. Ver "Los Descubrimientos en el Atlántico", citados.

minana, a do Peru prolongou-se de 1522 a 1533, a da Argentina começa em 1525, com as primeiras tentativas de instalação espanhola no Prata, fixa-se no Paraguai e só em 1580 é que se torna realmente digna dêsse nome, com a posse do território da sua atual metrópole. O Chile vem mais tarde, em 1540 e arrasta-se até 1561. Procurando-se no tempo, à semelhança do que se faz para o espaço, o momento que corresponda ao que se possa chamar de lugar geométrico dessas conquistas, vamos encontrá-lo ali pelo ano de 1530. Adotando uma expressão de uso corrente no trato das questões táticas, podemos dizer que nesse ano, para os espanhóis, o contacto já fôra tomado em toda a frente, com exceção de estreita faixa apertada entre os Andes e o mar.

O conhecimento, que em Portugal não se podia deixar de ter, dos fabulosos tesouros que aos castelhanos proporcionava o saque dos impérios bárbaros da América, havia de influir na resolução do monarca português — então muito preocupado com o saque da Ásia — de colonizar as terras da América.

D. João III de Portugal fêz partir, em dezembro de 1530, uma importante expedição militar, sob o comando do ilustre Martin Afonso de Souza, para deitar mão nos territórios que julgava lhe pertencessem pelo tratado de Tordesilhas e que se estenderiam até ao Rio da Prata. Sabe-se que Martin Afonso explorou a costa e fundou S. Vicente em 1531. Logo depois, era o Brasil dividido em capitânicas, para facilitar o seu povoamento.

Acharam-se, a partir daí, espanhóis e portugueses frente a frente, separados porém pelos acidentados

naturais, que se substituíam ao traço idealizado pelo papa e pelos soberanos europeus. Por outro lado, o destino vinha prolongar nesta parte da terra a vizinhança ibérica, cheia de atritos e de velhas desconfianças.

Não obstante, a posse pacífica das duas coroas estabelece-se perfeitamente, apesar de se julgarem ambos os povos, principalmente os portugueses, com direito a tudo, onde quer que pisassem, de acordo com o tratado de 1494. Deve-se isso ao aspecto físico do continente. Ao norte, a selva quase intranponível do Amazonas separava os espanhóis dos portugueses, isolando os colonizadores da atual Colômbia, da Venezuela e mesmo do Peru, dos desbravadores da orla léste. Mais ao sul, as serranias, o agreste, a aspreza das terras, iam constituir o limite longitudinal das duas racas, que só quando houverem baixado dos planaltos hão de se encontrar, pósto que as infiltrações pelos rios da amazônia têm consequências políticas remotas e não militares imediatas.

Deixando de parte a conquista da terra, que nos levaria muito longe, vamos ver que a nobreza da cosmografia dos governantes vai insensivelmente repartir a América do Sul em duas esferas de conquistas, procurando racionalmente obedecer às imposições da geografia física (12). Galgadas as cabeceiras dos grandes rios, a raca espanhola, a transbordar de vitalidade, não vai refluir sobre o caminho andado, mas se esforçar em deslizar pelas aberturas que são os vales francamente orientados para o sul: o elemento luzitano tem as maiores facilidades ao longo da costa, que entra a tatear em toda a sua extensão, cri-

(12) "El factor Geográfico en la Política Sudamericana", por Carlos Badia Malagrida. Trata-se de um verdadeiro ensaio antropológico-geográfico, em que o autor, em vez de procurar explicar os fatos da vida continental pela ação conjugada do homem e do meio físico, tenta demonstrar, pelo estudo superficial das grandes linhas do terreno, qual o destino que aguarda os povos sul-americanos. O homem e os recursos que a natureza não ao seu dispor entram aí como Pilatos no credo.

Dando ao seu trabalho um cunho realmente científico, argumenta vagamente, no domínio das generalidades, de modo que os seus esboços são tão bons para o Brasil como para o planeta Marte. Há nesse livro, onde veladamente se defendem as teses que são mais caras aos nossos desafetos do Prata, erros não só de história, como de falta de observação das coisas do Brasil, principalmente nos últimos tempos.

O interesse com que é lido bem pode provir do título, aliás excelente.

ando os pontos de apoio que não de lhe permitir lançar os golpes de sonda, destinados a dar-lhe ulteriormente o domínio de boa parte do hinterland.

Os cosmógrafos dos dois reinos ou não sabiam fazê-lo, ou tinham mais em que se ocupar do que vir para este lado do mar, tomar alturas de estrêlas; os domínios de cada raça que se fixassem à mercê dos esforços de cada um, das reações do próprio meio e das necessidades vitais de cada agrupamento étnico.

Não era essa a solução de direito? Pouco importa, porque tantos lusos como castelhanos sempre se conformaram com as soluções de fato. A indeterminação da raia de Tordesilhas autorizava as invasões recíprocas, que só não eram maiores pela insuficiência dos meios e pela oposição do fator geográfico.

Enfim, a parte ocidental do continente não conheceu a colonização luzitana e a parte oriental, em quase toda sua extensão, ficou fora dos domínios castelhanos.

Assim, à medida que os conhecimentos geográficos foram permitindo que se conhecesse o aspecto físico da zona de que se apossaram os luzitanos, um império sem soluções de continuidade do Amazonas ao Prata passava a ser uma contingência do fator geográfico.

Talvez por isso, calou fundo na alma das velhas gerações.

E o meridiano de Tordesilhas, flexível, instável, adaptando-se às conveniências das duas correntes colonizadoras, vai continuar a ser lembrado por muitos anos, quer nas lutas pela criação de um grande império de limites naturais, quer nas justas que se não de seguir para a consolidação dos limites definitivos, arbitrariamente fixados.

A COLÔNIA DO SACRAMENTO

Só lentamente a penetração se estabilizava, nas suas arremetidas em várias direcções. Para o sul, mais nitidamente, a investida mudava de carácter. As antenas do domínio luso iam tatear o corpo, a parte central de um organismo apto

a opor-lhes uma resistência até então desconhecida.

Ainda em 1668, o "grosso" dos estabelecimentos de nossa gente, para nos servirmos da tecnologia militar, não ia além de Cananéa: o que existia na direcção do Prata eram simplesmente vanguardas. Os estabelecimentos castelhanos não passavam para a margem norte do estuário.

Forçoso é pois concluir que do rio Cananéa para o sul, até o grande curso d'água, tudo era terra sem dono. Apenas do povoado de Buenos Aires — como um ôlho aberto — o adversário tradicional vigiava, havia um século, a margem norte do rio.

Em janeiro de 1680, cumprindo o r d e n s superiores, desembarcava D. Manuel Lôbo, governador da capitania do Rio de Janeiro e de todas as terras ao sul, numa enseada fronteiriça a Buenos Aires. Levava consigo duzentos soldados, constituindo quatro companhias, várias peças de artilharia e algumas famílias.

Imediatamente começou a fortificar o local e a construir a povoação, que devia ser, embora o rei de Portugal se considerasse com direito a muito mais, o ponto final no capítulo da avançada lusitana na direcção do Prata. Deu-se-lhe o nome de Nova Colônia do Sacramento.

Estamos em face de uma vanguarda, lançada a milhares de quilômetros do grosso, sem meios de se comunicar com êle em tempo razoável e que devia ser esmagada antes de poder ser socorrida.

O êrro fundamental ia consistir nisso. Em vez de marchar por lances, criando uma sólida base em Santa Catarina, por exemplo, de assegurar posteriormente a posse do Rio Grande do Sul e só depois disso atacar o problema do Prata, o govêrno metropolitano levou-nos logo às do cabo, lançando assim os germens dos futuros descabros.

O que nos ensina a história de todos os tempos é exatamente o contrário: é necessário marchar por lances, evitando deixar de permissão as soluções de continuidade que embaraçam a circulação da

seiva vivificadora, qualquer que seja o sentido atribuído a essa expressão.

Tal o belo império africano do Cabo ao Cairo, tal o famoso *nach Bagdad*, no seu destino final (13).

Não escapou ao observatório da margem oposta a instalação dos portugueses em Colônia, e logo o fato foi levado ao conhecimento da corte de Madrid. De quem partiu a ordem do ataque, que logo se verificou, contra o novo estabelecimento?

Duas correntes aí se apresentam, ambas com excelentes títulos, uma que é acorde em admitir que foi o governo espanhol que, tendo reclamado sem resultado, mandou expelir o vizinho intruso e outra, que o primeiro ataque à nascente povoação foi obra exclusiva do governador do Paraguai (14).

De qualquer modo, o governante espanhol não se lançou cegamente à aventura, mas reuniu o máximo que lhe foi possível obter de elementos de ataque, porque se o inimigo era minguado, já se lhe conhecia o ânimo de sobra, apanágio da raça. Nos elementos de guerra que já possuía, enquadrou gente de Santa Fé, Corrientes e Tucumán, além de fazer uma farta colheita nas missões jesuíticas, onde portugueses e paulistas, por motivos bem conhecidos, não tinham amigos.

Às intimações do castelhano, respondeu D. Manuel Lôbo procurando demonstrar o direito da coroa portuguesa àquelas terras e exibindo uma carta da região, feita em Lisboa, dois anos antes, pela qual o direito de Portugal ia mesmo muito além, até Tucumán (15).

(13) Os portugueses, que possuíam Angola sobre o Atlântico e Moçambique sobre o Índico, tiveram a veleidade de criar um grande império, ininterrupto entre os dois mares, cortando transversalmente a extremidade inferior do continente africano.

Esta resolução veio chocar-se contra a dos seus tradicionais amigos, os ingleses, pelo que devia ser abandonada, com sacrifício de antigos direitos.

A Inglaterra instalada nos dois extremos do continente negro, tendo de permoço largos trechos que não lhe pertenciam, vai pelo menos criar um corredor que lhe permita ir do Cabo ao Cairo, sem passar pela casa alheia. Em 1891, os portugueses eram afastados do Rodésia e, em 1919, como resultado da conflagração europeia, a Inglaterra punha a mão sobre a África Oriental Alemã. A partir daí, já se pode parodiar Bismarck, dizendo que as malas do correio vão sem serem abertas do Cabo ao Cairo.

— A Alemanha moderna veio a se encontrar, em relação ao comércio inglês, numa situação que lembra, de certo modo, a de Portugal de 1490 em relação ao muçulmano. Os modernos caminhos de ferro vieram proporcionar-lhe uma solução muito vantajosa em face do predomínio naval da Inglaterra. Daí, nasce a idéia do B. B. B. (Berlim-Bagdad-Bahn), isto é, de uma estrada de ferro que, de Berlim vá a Bagdad, mas que posteriormente possa se estender a Bassorah e ao golfo Pérsico.

Uma série de convenções diplomáticas permitiram que a estrada cortasse a Austrália, os Bálcãs, passasse por Constantinopla, atravessasse a Anatólia, a Mesopotâmia, para chegar ao seu primeiro ponto de destino.

A conflagração europeia pôz um termo a este sonho, digno de um Alexandre.

(14) "História Argentina", por Martín García Merou. Obra excelente, sob todos os pontos de vista. Difere muito da maioria dos compêndios de história, publicados no Prata, pela linguagem elevada, pela honestidade dos dados que consigna e pela atitude serena que conserva em face dos acontecimentos que relata.

Segundo Martín García Merou, o ataque então levado à Colônia do Sacramento foi obra exclusiva do governador do Rio da Prata e do "cabildo" de Buenos Aires.

(15) "História Argentina", acima citada. Do mesmo modo, todas as questões relativas à Colônia do Sacramento podem ser estudadas, até a suspensão de armas de 1737, na "História Militar do Brasil", por José de Miralles, escrita provavelmente em 1762. Aí se encontra lida a correspondência trocada entre os chefes lusitano e espanhol. Esta parte do trabalho de José de Miralles foi evidentemente copiada de uma monografia, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sob o título: "Notícia e Iustificação do Título, e boa Fée com que se obrou a Nova Colônia do Sacramento, nas Terras da Capitania de S. Vicente, no sítio chamado de S. Gabriel, nas margens do Rio da Prata". Esta obra pertence ao volume de uma coletânea muito maltratada pela ação do tempo; discute longamente o tratado de Tordesilhas e encerra até as credenciais dos negociadores de 37.

"Relação do sítio que o governador de Buenos Aires, D. Miguel de Saicedo, pôz no ano de 1735, à praça da Nova Colônia do Sacramento", etc., por Silvestre Ferreira da Silva, edição de 1748. A estas duas obras, direta ou indiretamente, têm recorrido todos os que entre nós já se ocuparam deste assunto.

Não se pode saber ao certo o que pensaria o governador castelhano ao ouvir essas razões, mas é possível que achasse graça...

Passados sete meses e cinco dias do desembarque de D. Manuel Lôbo, um importante corpo de tropas, realmente muito numeroso para a época e para a América do Sul, pois compreendia três mil, quatrocentos e oitenta homens sob o comando do mestre de campo D. Antônio de Vera Mujica, foi lançado contra as muralhas mal começadas de Colônia do Sacramento (16).

Depois de três horas de vigorosa resistência, a praça foi tomada de assalto, seguindo-se uma carnificina horrorosa, de que não se salvaram senão dez pessoas, entre as quais o governador, que se achava gravemente enfermo. Feito prisioneiro, foi morrer em Buenos Aires; depois de ter peregrinado por vários pontos dos domínios espanhóis.

Os catecúmenos dos jesuitas exibiram aí as suas inclinações atávicas, pelo extermínio dos adversários.

Causou, na Europa, extraordinária sensação o assalto dos espanhóis à Colônia, que o povo de boa fé julgava ser possessão incontestavelmente portuguesa; a sorte de sua brava guarnição devia ter tocado fundamentalmente a todos os corações de patriotas.

O rei de Portugal preparou-se para tudo, até para a guerra, mas Carlos II da Espanha — assober-

bado por outras questões muito sérias, diz Pandiá Calógeras — transigiu e as coisas se acomodaram com a intervenção de outras coroas amigas. Nomearam-se comissões para estudar o melindroso caso e o célebre meridiano de Tordesilhas voltou à baila.

“Os espanhóis que, quando se tratava das Molucas (17), isto é, do oriente, sustentavam que as léguas deviam contar-se a começar pela ilha mais ocidental das do Cabo Verde, pela de Santo Antônio, alegavam agora que a conta devia ser a partir da mais distante, da do Sal. Portugal sustentava o contrário, com igual inconseqüência do que antes havia dito. As cartas e roteiros portugueses situavam tôdas as longitudes do Brasil uns oito graus mais a oeste que as holandesas e espanholas e do que realmente estavam, de modo que o meridiano vinte e três graus, quatorze minutos e cinqüenta e um segundos a oeste da ponta mais ocidental da ilha de Santo Antônio passava muito mais pelo interior do continente, abraçando o território que compreendia a Colônia” (18).

Em 1693, a Colônia do Sacramento, devolvida aos nossos pelo tratado de 7 de maio de 1681, foi novamente povoada. Viveu a partir daí vida de desconanças, mas prosperava. Foram vinte ou vinte e um anos de trabalho, até que em 1704 foi novamente investida, por ordem do governador de Buenos Aires, que enviou contra ela o sargento-mor

(16) Ver a obra — “A Colônia do Sacramento”, de Jônatas da Costa Rego Monteiro, 1º vol., pág. 79. Trata-se de obra definitiva, pois o autor leu tudo quanto até hoje foi escrito por investigadores capazes e contemporâneos dos acontecimentos, confrontando-os com a farta documentação dos arquivos brasileiros. Rego Monteiro, o mais paciente e esforçado rebuscador de arquivos, não era, infelizmente, um estilista e daí os seus deslizes gramaticais, que indispõem o leitor contra sua magnífica obra.

(18) “A primeira questão a que deu lugar o tratado de Tordesilhas foi relativa à posse das ilhas Molucas — o Maluco dos antigos — ocupadas pelos portugueses e que Espanha pretendia que se encontrassem dentro do emisperio submetido ao seu domínio”. A questão foi decidida por um acôrdo, pagando Portugal um certo preço pelas ilhas. Mais tarde, foi possível reconhecer que as Molucas ficavam fora da alçada castelhana. Os tratados de 1750 e 1777, quase três séculos mais tarde, ainda procuram regular o caso, ficando consignado em ambos que Portugal abriria mão do reembolso que lhe era devido.

(19) “História Geral do Brasil”, por Varnhagem, cujas informações Calógeras magistralmente comenta.

Balta García Ros (20), à frente de cerca de seis mil homens e de uma boa esquadilha.

Os tempos eram outros. A posse já se havia solidificado.

O valoroso Sebastião da Veiga Cabral governava a nossa posição avançada. O chefe inimigo enviou a sua intimação, que não foi aceita, ficando como único recurso, como era de esperar, o emprêgo da força.

O ataque foi repellido e os atacantes recorreram ao cerco. O sítio durou mais de seis meses e em março de 1705 a guarnição abandonou a praça, rompendo o bloqueio.

Não é verdade que houvesse capitulação ou qualquer acôrdo com o inimigo. "Além de várias embarcações de pequeno porte, dispunha de uma fragata francesa e de dois navios da esquadra de socorro, partida do rio para transporte da tropa de Cabral. Esses navios, idos à frente como batedores, tinham sido tomados pela frota bloqueadora. Felizmente, na frota remetida pelo governador do Rio, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, ia uma nau guarda-costas. Graças a ela, principalmente, foi desbaratada a armada castelhana, roto o bloqueio e salva a guarnição de Colônia. A 23 de abril de 1705, voltavam quatro barcos à Guanabara, com tôda a tropa comandada por Veiga Cabral (21).

Sebastião da Rocha Pita, velho escritor lusitano (22), diz que Veiga Cabral trouxe tôda a artilharia, menos seis peças de grande calibre,

que deixou encravadas por falta de aparelhamento para embarcá-las, que não abandonou nada que representasse algum valor, nem moradores nem soldados e que ao afastar-se deitou fogo à fortaleza, cumprindo ordens do governador e capitão-general do Rio de Janeiro.

Colônia, a arder e vasia tornava às mãos da gente de Castela.

Mas, a posse ainda estava longe de ser definitiva e a bandeira lusitana iria pela terceira vez tremular sôbre os seus martelados baluartes.

O tratado de 1715, também chamado de Utrecht, manda restituir a Portugal a disputada praça fronteiriça. O governador de Buenos Aires, ao cumprir essa disposição contratual, em 1716, circunscreveu-lhe um território tão estreito que a cidade ficou como que bloqueada. Surgiram naturalmente reclamações, porque a posse de Colônia devia representar a dos territórios intermediários, isto é, a das terras que se estendiam entre o grosso, que adiantara sôbre Santa Catarina alguns elementos de apoio, e vanguarda longínqua. Não foram tomadas em consideração e por isso os portugueses mandaram, em 1723, fundar um forte na enseada de Montevideu. Agora eram os espanhóis, ocupantes das vizinhanças de Colônia, que se sentiam tomados de revés. Não se fizeram esperar as suas reclamações, a que responderam os nossos que assim haviam procedido para evitar que essas terras caíssem em mãos dos franceses de Saint-Malô, ou dos ingleses, conforme os

(20) Esta investida castelhana contra a Colônia do Sacramento tem como pretexto a chamada guerra da sucessão na Espanha, que dividiu a Europa em dois partidos. Como Carlos II falecera sem herdeiros, subira ao trono de Espanha o duque de Anjou, tomando o nome de Felipe V. "Para não ter contra si o rei de Portugal, Felipe V, firmou com êle um tratado, em 1701, pelo qual a margem esquerda do Rio da Prata ficaria pertencendo "in solidum" com inteiro domínio à coroa portuguesa". Em 1703, o rei de Portugal abraçava a causa do arquiduque da Áustria, conhecido posteriormente por Carlos III, naturalmente com promessas maiores da parte de seus aliados. A 4 de novembro de 1704 a Colônia do Sacramento experimentava os efeitos da complicação européia, allás muito do agrado de nossos vizinhos pelo pretexto que dava ao rompimento.

(21) "Anais da Biblioteca Nacional", citado, por J. Pandiá Calógeras.

(22) "História da América Portuguesa", por Sebastião da Rocha Pitta, edição de Lisboa, 1730. Há uma reedição relativamente nova, de 1880. Não é essencial ao estudo, pois o que de útil all se contém pode ser lido nos historiadores mais modernos. O seu estilo é enfadonho.

avisos recebidos dos ministros lusitanos de Paris e Londres (23).

Antes de mais nada, os espanhóis de Buenos Aires, que já tinham reunido um exército e aprestado uma esquadra, marcharam contra Montevidéu. Era a margem setentrional do Prata sob o ôlho da gente da margem oposta. Os de cá tiveram ordem de empreender a retirada, conforme os documentos estampados pelo Visconde de S. Leopoldo (24). Há quem dê curso a uma outra versão que parece decorrer de um equívoco de certos escritores, segundo a qual o Mestre de Campo Manuel de Freitas da Fonseca, chefe da força retirante, foi encarcerado com os seus oficiais, ao chegar ao Rio de Janeiro. Não haverá aí um engano, proveniente da própria fonte em que se foi buscar essa minúcia? Parece que sim, pósto que a reconquista de Montevidéu foi tentada em 1736, de modo pouco airoso para o chefe da expedição (25).

O rei de Espanha aprovou tudo quanto fez o governador de Buenos Aires, deu-lhe autorização para povoar Montevidéu e Maldonado e mandou-lhe, além de uma forte guarnição para esses pontos, a promessa de cinqüenta famílias das Canárias e da Galízia (26).

Em 28 de novembro de 1735, D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, pôz cerco à Colônia (27), depois de uma tenden-

cia troca de correspondência (28). Ao primeiro encontro, a nossa cavalaria é jogada contra os baluartes da praça, mas sofre pequenas baixas, certamente devido ao apoio que recebeu da artilharia. Com a chegada da noite, os atacantes afastam-se um pouco, indo abrigar-se num ângulo morto do terreno. A luta prometia ser temerosa.

O comandante da praça, Antônio Pedro de Vasconcelos, dirigiu-se à Igreja do Sacramento e prostrado aos pés de São Miguel, "o príncipe dos Exércitos da Glória, no dizer de José de Mirales (29), entregou-lhe o bastão simbólico do comando da praça, para empunhar a cana de um ajudante", indicando com isso que não era mais, a partir daí, do que "um oficial de ordens daquele grande Príncipe da Milícia Angélica" (30).

Seguiu-se o investimento, com todas as regras da arte, entrando em cena os *gastadores*, antepassados dos sapadores modernos, que fizeram uma circunvalação à romana. No meio das escaramuças, recomeçou a correspondência entre os chefes, às vezes bem interessante.

Em 12 dias, são lançadas contra a praça 2.440 balas de artilharia de grande calibre e 676 bombas. Os defensores comeram cavalos, cães, gatos e tudo o que foi animal doméstico.

Finalmente, em 6 de janeiro de 1736, começaram a chegar os espe-

(23) "Anais da Província de São Pedro", pelo visconde de S. Leopoldo, edição de 1839. É um livro valioso, pelos documentos que encerra e pelo mapa que o acompanha. Reeditado pelo Instituto Nacional do Livro, em 1946, infelizmente sem anotações que o atualizassem em certas partes.

(24) "Anais", acima citados.

(25) "Anais", acima citados.

(26) "Historia de la Republica Oriental del Uruguay", por Pablo Blanco Acevedo. É obra de pouco vulto destinada aos cursos de instrução secundária da vizinha República. Útil sobre vários pontos de vista, obedece não obstante à norma platina de desfigurar os sucessos em que fomos parte, apresentando-nos de modo desfavorável. O método predileto, em coisas de guerra, é o da alteração dos efectivos em presença, para exaltar o próprio valor e diminuir o nosso. No entanto, não nos agride.

(27) Causa aparente da guerra: Em 22 de fevereiro de 1735 fôra invadida a casa do ministro português em Madri, pela policia espanhola, sob o pretexto de prender uns seus criados; ao saber-se disso, em Lisboa, foram presos os criados do ministro espanhol.

(28) Vide "História Militar do Brasil", por José Mirales. Contém não só a correspondência trocada entre os chefes das duas facções, como os boletins introduzidos em ambos os campos pelo partido contrário.

(29) "História Militar do Brasil", acima citada.

(30) Idem.

rados reforços e o inimigo entrou a abandonar vários pontos do terreno e ilhas adjacentes.

No dia 4 de outubro deste ano (31), os nossos já se sentem fortes e passam ao contra-ataque, fazendo marchar ao cair da noite, de baioneta armada, duas colunas de infantaria, que surpreendem o inimigo, que sofre pesadas perdas. As operações navais também são coroadas de êxito, mas logo depois chega a notícia do armistício entre as duas nações, que põe fim à guerra.

A Colônia do Sacramento estava salva, graças ao heroísmo dos nossos antepassados que, no dizer de Capistrano de Abreu, fizeram lembrar, com êsse feito, algumas das mais belas páginas da história dos portugueses na Índia.

Foi por essa ocasião em que o brigadeiro José da Silva Paes, depois de ter estado no Prata, procurou fundar uma povoação nas imediações de Maldonado, como lhe fôra prescrito por seus chefes; não encontrando naqueles sitios posição que lhe parecesse apropriada, desembarcou próximo ao local em que hoje assenta a cidade do Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1737. Da possibilidade de manter-se aí ia depender a brasilidade do atual estado do Rio Grande do Sul.

Chegamos ao meado do século XVIII e só agora iam as duas coroas tratar de um primeiro arranjo pacífico, deixando de parte a divisão teórica de suas possessões sul-americanas e fixando os seus lindes de acôrdo com as condições reais da velhíssima questão.

O tratado de 1750 determinava que a Colônia do Sacramento fôsse entregue à Espanha, mediante outras compensações, como ver-se-á oportunamente. Mas, as dificuldades surgidas são de tal ordem, que foi preciso revogá-lo, após 11 anos de esforços inúteis para executá-lo devidamente.

Como o tratado de 12 de fevereiro de 1761 tenha revogado o de 1750, voltavam as duas côrtes ao famoso meridiano e Colônia, de fato ou de direito, continuava sendo nossa.

Logo depois, aproveitando-se das complicações surgidas na política européia (32), D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, atravessa o Prata e investe contra os baluartes da praça. A primeiro de outubro de 1762, segundo S. Leopoldo (33), o chefe castelhano faz a declaração de guerra, empreendendo desde logo as suas operações. A praça achava-se sob o comando de seu governador, Vicente da Silva da Fonseca, que a entregou depois de alguns dias de assédio, pouco antes da chegada dos importantes reforços que haviam sido enviados pelo governador do Rio de Janeiro.

A desilusão da entrega da praça não abateu o ânimo dos que foram socorrê-la. Sendo esta guerra reflexo de lutas européias, não há que estranhar o fato de aparecerem entre os navios da esquadra de socorro 2 navios ingleses. Estes elementos, que contavam com 600 homens de desembarque, empreederam o ataque para retomar a praça aos castelhanos, mas o acaso fêz abortar tal operação, cujo êxito seria das maiores conseqüências para a guerra que se achava desencadeada. Depois de quatro horas de renhido combate entre as baterias de terra e as da esquadra, incendiou-se inesperadamente a capitânea, sem que dos 500 homens que tinha a bordo escapassem mais que dois marinheiros num pequeno navio e 80 a nado. Em meio das chamas, um marinheiro toma aos ombros o seu comandante, Mac-Denara, e com êle se lança às ondas, para salvá-lo. A terra estava distante e o nadador desfalecia. O comandante, em sinal de gratidão, dá-lhe a sua espada, e recusa o generoso auxílio que poderia redundar em sacrifício dos dois, lançan-

(31) Idem.

(32) Carlos III de Espanha havia firmado com a França o tratado conhecido por "pacto de família". Portugal tomou o partido da Inglaterra.

(33) "Anais da Província de S. Pedro", já citados.

do-se expontâneamente nos braços da morte (34).

Colônia continuava em poder dos nossos vizinhos e o exército castelhano ia ficar de mãos livres para empreender uma brihante campanha, que lhe entregaria largos trechos de nosso território, como se verá.

O tratado de Paris, de 1 de fevereiro de 1763, manda que mais uma vez a praça da Colônia do Sacramento volte às nosas mãos, mas isso já significava bem pouco, porque além de vários pontos da costa do Rio da Prata, grande parte do Rio Grande do Sul ficava em poder do inimigo.

A paz que se seguiu, em que as restituições convencionadas não foram feitas pelos governantes de Buenos Aires, não podia deixar de ser uma simples trégua, es se considera o fato incontestável de que dêste lado do Atlântico já existia a êsse tempo uma consciência coletiva, menos colonial do que brasileira. Do lado de lá, no Rio da Prata, o mesmo se dava, porque o vice-reinado de Buenos Aires, criado reamente para assegurar o domínio do grande estuário, passou a exercer um papel de ordem social muito mais elevado. Portugal entra a agir por conta própria ao sul do Brasil. Reune fôrças importantes e inicia a reconquista do Rio Grande (abertura marítima) e de outros pontos que indevidamente haviam sido conservados em poder dos platinos.

Veio novamente a guerra, não declarada, entre as metrópoles. O chefe do govêrno, nomeado para o vice-reinado que a cédula de 8 de agosto de 1776 havia criado no Prata, era o nosso conhecido D. Pedro de Cevallos, que se ilustrara em suas conquistas às nossas expensas, como já vimos. Em fevereiro de 1777, surgiu o general espanhol à frente de Santa Catarina, cujo chefe militar se rendeu vergonhosamente, sem tentar a sorte das armas. A 30 de maio, depois de outros rodeios, grande parte das fôrças castelhanas vão atacar a legendária Co-

lônia do Sacramento. Cevallos não empregou aí os 11.524 homens de que dispunha, por não ser preciso. Ao saber da aproximação do inimigo, o governador Francisco José da Rocha reuniu um conselho de guerra, que resolveu não tentar a sorte das armas e capitular, por falta de recursos. Mas, o castelhano declinou da gentileza dêsses soldados, cuja situação, por mais precária que fôsse, não poderia ser pior do que as dos defensores de Colônia, em várias fases de nossa acidentada história.

Tendo continuado a avançar contra as velhas muralhas de Colônia, para tomá-la de assalto, mandou o governador um outro emissário aos atacantes, propondo a entrega da praça. A resposta de Cevallos foi uma exigência de rendição incondicional, a qual teve lugar no dia 3 de junho.

Nessa ocasião, a velha cidade que se formara em tórno da praça foi arrasada e a sua população, que não era das menores, dispersada pelo vice-reinado.

Daí por diante, a Colônia do Sacramento devia desaparecer das cogitações dos nossos homens de estado, mesmo porque a sua posse já não representava o domínio da margem esquerda do Rio da Prata.

O problema cuja solução imediata se impunha era o da consolidação da posse do Rio Grande do Sul.

O tratado de paz de 1777, assinado em Santo Ildefonso no dia 1 de outubro dêsse ano, afastava-nos definitivamente da colonização do Prata, atribuindo ao vice-reinado de Buenos Aires uns limites que ainda hoje fascinam os militaristas argentinos e os seus publicistas vermesos.

Em 97 anos a Colônia fôra investida ou tomada pelo inimigo nada menos de cinco vêzes. Mais tarde, em 1816, vamos incorporá-la de novo, mas aí não é senão um corpo estranho no organismo nacional, por ter sido após o cataclisma de 1777 povoada por gente de outra raça. Não nos convinha a companhia.

(34) "Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán", pelo Dr. Gregorio Funes, citada por Martín García Merou.

Os vai-e-vens da velha Colônia do Sacramento são episódios da grande luta em que a nossa raça se empenhou com a raça irmã de Castela, quando, canalizadas as duas correntes pelos acidentes naturais, foram encontrar-se nas terras baixas do sul do continente, disputando o domínio da bacia hidrográfica do Prata.

De nossa parte o êrro foi procurar desde logo o máximo, sem assentarmos firmemente os pés no terreno intermediário. Os espanhóis só conseguiram dominar a margem setentrional do Prata e ficarem, por consequência, senhores do estuário, por terem a base de operações de Buenos Aires; os nossos não se puderam manter ali porque a fonte de todos os seus recursos — homens, navios, armas e dinheiro, estava no Rio e às vèzes em Lisboa.

Em tudo isso, nesse século de lutas, o célebre meridiano de Tordesilhas entrava a tôda hora nas discussões, como se realmente qualquer dos interessados, sob a tirania do fator geográfico, o levasse a sério. Os tratados que punham aparentemente um fim à contenda, lá vinham ingênuamente a citá-lo...

Ainda hoje há quem se lembre dêsse absurdo, filho de uma época em que a geografia científica dava

os primeiros passos, para acenar-nos com uma ordem de despêjo, como se para revigorá-lo não fôsse necessário pôr o mundo inteiro numa verdadeira contradança, mandando os norte-americanos, por exemplo, regressar às ilhas frias de onde vieram, quando eram apenas um grupo de dissidentes religiosos.

Além disso, o Brasil não existia em 1494, não assinou o tratado de Tordesilhas e, servindo-nos de um argumento já certa vez aplicado por um vizinho cioso de seus direitos (35), podemos dizer que o nosso país não ratificou êsse tratado e nem conserva em seus arquivos os autógrafos dêsse ajuste. Tanto podem exigir-nos que o respeitemos, como que nos submetamos à legislação do antigo Egitó.

Da miragem de um império que, numa frase consagrada, devia estender-se do Amazonas ao Prata, surgiu realmente um bloco homogêneo, que em pouco mais de dois séculos, — de 1680 a 1956 — atinge a mais de sessenta milhões, falando a mesma língua, crendo no mesmo Deus e mobilizando para a felicidade humana os fantásticos recursos de oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados das mais ricas terras do planeta.

(Continua no próximo número.)

(35) Em 1837 e 1838, o encarregado dos negócios do Brasil na Bolívia pediu a extradição de criminosos, baseado no tratado de limites de 1777. Respondeu-lhe aquele govêrno negativamente, declarando "que não havendo sido ratificados pelo seu país e pelo Império os tratados celebrados entre as coroas de Espanha e Portugal e não se achando êles nos arquivos públicos, a Bolívia não se sentia obrigada a cumprí-los", etc. Vide "La Política Imperialista del Brasil", por Vicente G. Quesada.